

COOPERAÇÃO SUL-SUL

Esta edição do Análise Caeni traz dois destaques principais: os seminários realizados nos meses de abril e maio, ambos como parte das linhas de pesquisa do NAP-Caeni. O primeiro – **Workshop Legislativo e Política Externa** – realizado em 25 de abril, reuniu pesquisadores de diferentes instituições do Brasil que discutiram como o Legislativo brasileiro tem atuado em relação a temas de política externa. Muito se tem discutido nos últimos anos sobre o processo decisório em política externa e de como os atores governamentais estão se envolvendo na discussão dos mais diversos temas internacionais. O seminário reuniu convidados da UnB, UFPE, UFABC e UFPB, todos com teses de doutorado relacionadas à temática, e um público de mais de 50 pessoas.

Na página 7, Pedro Feliú Ribeiro, co-responsável pela organização do evento, apresenta os principais pontos da discussão e faz um balanço do Workshop. O próprio pesquisador apresentou os resultados da sua tese de doutorado que propõe uma análise comparada do comportamento dos legislativos de seis países da América Latina.

No segundo seminário, de natureza internacional, o Caeni recebeu pesquisadores do exterior que discutiram as conquistas dos dez anos do Forum IBSA (Índia-Brasil-África do Sul) e os desafios da cooperação internacional. Também com um público amplo, o seminário **IBAS: experiências e perspectivas da Cooperação Sul-Sul** contou com convidados dos Estados Unidos, África do Sul e Reino Unido.

Ambos os seminários contaram com o apoio do Departamento de Ciência Política da USP e do Núcleo de Estudos Comparados e Internacionais (NECI). Nesta edição publicamos duas **entrevistas** dos convidados do Seminário IBAS. Na página 8, a entrevista com **Surupa Gupta**, da Universidade de Mary Washington, e colaboradora do NAP-Caeni. Outra entrevista que publicamos na página 11 traz comentários de **Marco Vieira**, com quem o Caeni também iniciou uma parceria com a Universidade de Birmingham, com apoio da FAPESP.

Acompanhando os temas da conjuntura internacional, trazemos a análise de **Ruth Costas**, jornalista da BBC Brasil em Londres, sobre a eleição do embaixador Roberto Azevêdo para a secretaria geral da OMC. Além disso, como contribuição permanente, publicamos breves análises sobre as relações Sul-Sul, tomando como foco o comportamento desses países no âmbito multilateral, ou aspectos domésticos que podem ter impacto nas relações com outros parceiros. Não podíamos deixar de lamentar e publicar uma nota a respeito da perda de Kenneth Waltz, um dos grandes pensadores de teorias das relações internacionais.

Esperamos, mais uma vez, trazer informações relevantes e análises pertinentes para o público interessado em política internacional. Cadastre-se no nosso site para receber nossos informes (www.caeni.com.br).

Amâncio Jorge de Oliveira

A vitória do Brasil na OMC

Ruth Costas

Ao assumir o cargo de novo diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC) em setembro, o embaixador Roberto Azevêdo se tornará o brasileiro a ocupar o mais alto cargo em organizações internacionais da linha de frente do sistema de governança global. Azevêdo representava o Brasil na OMC desde 2008 e o governo brasileiro se empenhou para impulsionar sua candidatura, financiando viagens de campanha para mais de 50 países e levando o tema da disputa para a reunião dos BRICS, na África do Sul.

A eleição do diplomata, no mês passado, foi celebrada em círculos governistas como “uma vitória do Brasil” – nas palavras do chanceler Antônio Patriota –, ou um reconhecimento da importância crescente do Brasil e dos países emergentes no cenário internacional. Entre analistas e especialistas em relações internacionais também parece haver certo consenso de que a escolha teve grande importância simbólica. Primeiro, porque até agora a diretoria-geral da OMC vinha sendo ocupada principalmente por europeus (a exceção do período 1999-2005, em que o tailandês Supachai Panitchpakdi e o neozelandês Mike Moore dividiram o cargo).

Segundo, porque na fase final da disputa, Azevêdo – que ajudou o Brasil a vencer contenciosos contra subsídios ao algodão americano e ao açúcar europeu - teria se tornado o favorito dos países em desenvolvimento, enquanto o ex-ministro do Comércio mexicano Hermínio Blanco – arquiteto do Nafta – seria o preferido dos EUA, Inglaterra e França.

É claro que, no fim das contas, o brasileiro só foi eleito porque os países desenvolvidos concordaram com a escolha, já que a decisão é tomada por consenso. Mas em função desses dois fatores, a eleição de Azevêdo foi interpretada como uma expressão da nova realidade de distribuição do poder global, marcada pelo fortalecimento econômico e político dos países emergentes.

“É a primeira vez que se nota claramente que o poder dos países avançados, sobretudo os EUA, não é mais decisivo”, opinou o ex-secretário-geral da UNCTAD Rubens Ricúpero, em entrevista ao O Globo. “A vitória de Azevêdo representa uma mudança estrutural de governança global”, disse ao mesmo jornal Amâncio Jorge de Oliveira, coordenador científico do Caeni. “Há uma pressão para que os países emergentes sejam melhor representados nos organismos multilaterais e este é um sinal do novo papel do Brasil e dos emergentes nesses organismos.” O ex-embaixador Rubens Barbosa e, no exterior, acadêmicos como Kevin Gallagher, da Universidade de Boston, também fizeram observações na mesma linha - só para mencionar alguns exemplos.

Mas se há consenso sobre a importância simbólica da decisão, o mesmo não pode ser dito sobre seus resultados práticos para o Brasil e o mundo emergente.

O cargo de diretor-geral é extremamente limitado no que diz respeito a definição da agenda e políticas da OMC. Além disso, não cabe a ele defender interesses de um país, ou grupo de países – como o próprio Azevêdo enfatizou em entrevistas após ser eleito. Quem define os rumos das negociações na OMC são os países-membros e as decisões são tomadas por consenso. Ao diretor-geral cabem as tarefas de costurar consensos e contornar discordâncias – e, para isso, ser associado a um grupo de interesse pode ser contraproducente.

A esperança do governo brasileiro – ecoada por alguns analistas – parece ser que Azevêdo ajude a “lançar luz” sobre temas que interessam a países em desenvolvimento e contribua para projetar a imagem do Brasil no exterior. Um comunicado da Presidência da República manifestou “confiança” de que ele conduzirá a OMC na direção de um ordenamento

econômico mundial “mais justo”. Já o ministro do Desenvolvimento, Fernando Pimentel, disse esperar que, sob sua gestão, a OMC dê mais ênfase ao debate sobre o tema da “guerra cambial”. Para Ivan Oliveira, do IPEA, “seria significativo para o Brasil se um nacional do país conseguisse inovar e criar estratégias para tirar a OMC do limbo em que a organização se encontra.”

Para outros especialistas, porém, os ganhos práticos com o cargo podem estar sendo subestimados. A professora da UERJ Miriam Gomes Saraiva, por exemplo, vê “exagero” na expectativa de que ele ajude a projetar o Brasil no exterior e a dar mais visibilidade a temas que interessam ao país. “Existe quase que uma obsessão do Brasil em conquistar cargos em organizações internacionais para ganhar projeção”, disse à BBC Brasil. “Ao menos no que diz respeito à OMC, porém, essas expectativas estão um pouco exageradas dadas as limitações do secretário-geral”. Também crítico, Marcos Troyjo, da Universidade de Colúmbia, demonstra ceticismo sobre a possibilidade de o Brasil aumentar sua participação no comércio mundial (de pouco mais de 1%) com uma estratégia focada no avanço das negociações multilaterais (e que, segundo ele, negligenciaria a necessidade de se fortalecer a capacidade interna do país para competir). “O risco é enxergarmos na vitória na OMC a legitimação da insular política comercial brasileira dos últimos anos”, escreveu Troyjo. “O Brasil não tem apenas de contribuir para a geografia do comércio no século 21, mas, sobretudo, tem de definir o lugar que deseja ocupar em tal mapa.”

Também se pode argumentar que, se por um lado um eventual sucesso de Azevêdo à frente da OMC pode ter efeitos positivos para a imagem do país, por outro não só é difícil medir esses “ganhos de imagem”, como sempre há o risco de que um fracasso relativo tenha o efeito contrário. Para completar, para que tenha condições de “fazer a diferença” para países em desenvolvimento, Azevêdo terá, antes de tudo, de “fazer a diferença” para a OMC – o que não será tarefa fácil, dada a crise em que a organização está mergulhada. Entre os desafios a serem enfrentados pelo brasileiro estão destravar a rodada Doha, garantir que a OMC não seja jogada para escanteio em meio a proliferação de acordos bilaterais e regionais e lidar com o surgimento de novas práticas e medidas protecionistas.

AFP. Liderança da OMC representa papel crescente dos emergentes, 8 de maio de 2013.

Agência Brasil. Patriota: vitória na OMC é resultado de uma ‘ordem internacional em transformação’, 7 de maio de 2013.

BBC Brasil, Brasileiro perto de posto-chave no comércio global, 23 de abril de 2013

O Globo. Azevêdo pode muito, mas não pode fazer chover - Entrevista com Rubens Ricupero, Rio de Janeiro, 12 de maio de 2013.

O Globo. Escolha de Azevêdo mostra avanço de países emergentes, Rio de Janeiro, 7 de maio de 2013.

O Estado de S. Paulo. Autoridades e empresários falam sobre a vitória do brasileiro na OMC, São Paulo, 7 de maio de 2013.

Presidência da República. Nota de agradecimento ao apoio na eleição de Roberto Azevêdo para a direção-geral da OMC, Brasília, 7 de maio de 2013.

Troyjo, Marcos. O significado da vitória na OMC in: Folha de S. Paulo, Tendências e Debates, São Paulo, 8 de maio de 2013.

Ruth Costas é formada em Relações Internacionais e em Jornalismo, com mestrado em Estudos Latino Americanos pela Universidade de Oxford. Trabalhou mais de dez anos na cobertura de temas internacionais para a imprensa brasileira e hoje é jornalista da BBC Brasil em Londres.

Workshop Legislativo e Política Externa

Pedro Feliú Ribeiro

A compreensão do processo decisório em política externa conecta os estudos de relações internacionais (a maneira como os Estados se relacionam no sistema internacional) com os estudos de política doméstica (o funcionamento do governo e suas relações com indivíduos, grupos ou instituições domésticas). Neste sentido, a compreensão dos fatores domésticos incidentes no processo decisório de política externa serve como uma ponte entre ambos os campos de conhecimento, oferecendo capacidade explicativa complementar às tradicionais análises calcadas em variáveis sistêmicas. O Poder Legislativo emerge enquanto um dos atores domésticos relevantes para a compreensão do processo decisório em política externa, constituindo-se um ponto de veto institucional no caso dos países democráticos.

Frequentemente a última instância representativa da sociedade com poder de vetar a adoção de determinada política externa é a arena legislativa, sendo objeto de estudo amplamente abordado no caso norte-americano. O mesmo não é observado na literatura de análise de política externa focada nos países latino-americanos, muito provavelmente pela percepção, cada vez mais contestada empiricamente, de baixa assertividade e desinteresse do Legislativo da região na temática internacional. Assim, um tema de crescente interesse dos pesquisadores é a relação entre os Poderes Executivo e Legislativo, mais especificamente, a compreensão do papel dos legisladores latino-americanos na condução e implementação da política externa. Dentro desta perspectiva mencionada, o Centro de Estudos das Negociações Internacionais (CAENI), organizou no dia 25 de abril o workshop Legislativo e Política Externa na Universidade de São Paulo (USP).

Como parte integrante da linha de pesquisa desenvolvida no CAENI sobre o Poder Legislativo e a Política Externa nos países latino-americanos, o workshop buscou aprofundar e atualizar o debate na área, reunindo quatro especialistas brasileiros. Na primeira apresentação, da professora Leany Lemos (UnB/Senado), o argumento central fundamentou-se na constatação de delegação e não abdicação na atuação do Congresso Nacional brasileiro nos temas de política externa. Assim, contrariando o argumento de que o congresso brasileiro abdica de suas prerrogativas em política externa em função do custo de rejeição dos acordos assinados pelo Executivo e o desinteresse eleitoral na matéria, Leany Lemos utiliza diversos indicadores da atividade legislativa em assuntos internacionais para rejeitar a tese da abdicação. Dentre os indicadores, a autora destacou a quantidade de reuniões da comissão de relações exteriores e defesa nacional (em comparação às demais), as emendas orçamentárias, os pedidos de informação e audiências públicas na temática, entre outras.

Perseguindo uma linha argumentativa convergente com a de Leany Lemos, a professora Simone Diniz (UFABC), ao analisar a ação dos senadores brasileiros nos atos internacionais negociados pelo Poder Executivo, destaca as formas de participação dos senadores, apresentando a descrição de alguns casos relevantes para a temática. A despeito dos preceitos constitucionais imporem limites significativos à ação congressual ao impedir a apresentação de emendas aos atos internacionais ou impossibilitar o controle *ex-ante* da política externa brasileira, a autora destaca situações de acirrada divergência quanto ao conteúdo substantivo de certos atos internacionais, rechaçando empiricamente a percepção presente na literatura de desinteresse dos parlamentares na temática. Assim, consoante com os resultados apresentados por Leany Lemos, Simone Diniz demonstra a existência de politização e polarização dos assuntos internacionais tramitados no Senado Federal, indicando a preferência partidária enquanto fator relevante na equação decisória da política externa brasileira. Como apontaram as autoras mencionadas, algumas PECs cujo objetivo é ampliar a capacidade institucional de

atuação *ex-ante* do Legislativo nos temas de política externa tramitam no Congresso Nacional, indicando possibilidades de incremento da ação Legislativa no tema.

Também sobre o Senado Federal brasileiro, o professor Pedro Neiva (UFPE) averiguou os níveis de disciplina partidária nas políticas públicas em geral tramitadas na casa legislativa. Apontando a ausência de estudos empíricos sobre o Senado, quando comparado à Câmara, o autor verifica uma grande semelhança entre os níveis de disciplina partidária nas votações nominais de ambas as casas legislativas. Entretanto, dadas as características institucionais que distinguem o Senado da Câmara, as explicações para o mesmo fenômeno são distintas. Conforme o autor, fatores como o tamanho menor, a duração maior do mandato, a inexistência de um Colégio de Líderes formalizado, e a presença de um grupo de elite (antigos e futuros governadores e presidentes/ vice-presidentes da República) fazem com que a relação entre os líderes partidários e seus liderados seja menos estruturada, menos hierárquica e mais informal, contribuindo para um grau maior de unidade partidária. Embora essencialmente focado nas políticas domésticas, o trabalho do professor Pedro Neiva chama a atenção para dois fatores fundamentais enquanto hipóteses plausíveis da atuação do legislativo em política externa: a relevância da distinção entre as casas legislativas e a relevância que a unidade partidária possui no comportamento legislativo em política exterior.

A última apresentação, de minha autoria, foi calcada na análise das votações nominais em temas de política externa em seis países latino-americanos: Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai e Peru. Os resultados apresentados indicaram baixa diferenciação entre os níveis de unidade partidária dos partidos políticos nas arenas doméstica e internacional, além de níveis similares de conflito interpartidário, ainda que haja algumas variações importantes entre os casos. Argumentei a baixa dimensionalidade nas votações de política externa em todos os países, interpretada como a disposição dos partidos políticos no contínuo ideológico direita - esquerda e a dicotomia entre governo e oposição, concluindo a baixa relevância da especificidade da política externa na influência do comportamento legislativo em plenário, comportamento este muito similar às demais políticas públicas.

O workshop realizado pelo CAENI afirmou uma renovada percepção na literatura especializada de politização da política externa nos legislativos brasileiro e latino-americanos em geral evidenciada pelo nível de ativismo das casas legislativas e polarização partidária na temática, ressaltando a importância de incorporação das preferências partidárias nos estudos da formulação da política externa na região. Dada a relevância dos partidos políticos no processo decisório em política externa, podemos inferir que a depender da configuração partidária nos congressos latino-americanos, presidentes podem ter grande dificuldade na condução e implementação da política externa de seus países. Em situações de governo dividido e alta polarização ideológica é esperado que os legislativos latino-americanos atuem como importantes pontos de veto da política externa presidencial, assim como parece razoável supor a antecipação, por parte do Executivo, da preferência do legislador mediano dos congressos nacionais na formulação da política externa. O desenvolvimento da linha de pesquisa abordada no workshop do CAENI certamente oferecerá importante contribuição para a compreensão do processo decisório da política externa brasileira e latino-americana.

Pedro Feliú Ribeiro é doutor em Ciência Política pela USP. Atualmente é professor de Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e pesquisador do CAENI-USP.

IBAS: experiências e perspectivas da Cooperação Sul-Sul

Carlos Sarmiento Jr.

Em junho de 2003, no encontro do G-8 em Evian, ficou patente o afastamento dos demais participantes com relação ao Brasil, Índia e África do Sul e a outros países em desenvolvimento, já observados em outros fóruns. A Declaração de Brasília, assinada no mesmo mês, que criou o Diálogo IBAS entre os três países, chamava atenção para a necessidade do aperfeiçoamento do sistema multilateral de comércio, através da remoção das políticas protecionistas e das práticas comerciais distorcidas. Neste contexto, outra aproximação entre Brasil e Índia, às vésperas da V Conferência Ministerial da OMC de Cancún, em setembro de 2003, elevou esses países – com o apoio da China – à liderança na criação do G-20. Um novo encontro, em dezembro daquele ano, na Assembleia Geral da ONU, levou a outro acordo trilateral para fortalecimento das suas relações comerciais, investimentos e diplomacia econômica, para fins pacíficos.

O IBAS foi fundado como uma aliança com fortes motivações normativas. Enquanto países em desenvolvimento, passaram a compartilhar um discurso voltado para a demanda por mudança dos padrões de governança global, reivindicando maior distribuição do poder mundial. Neste ano, a coalizão chega aos seus dez anos ainda mostrando força e capacidade de coordenação. Isso foi discutido no Seminário IBAS: experiências e perspectivas da cooperação Sul-Sul, realizado no CAENI-USP, no dia 17 de maio. Reunindo pesquisadores do exterior, os analistas avaliaram o impacto que teve o IBAS para cada um dos países e para a sociedade internacional como um todo.

Mesmo com modelos de política externa distintos, os três países mantêm o Diálogo IBAS presente nas suas agendas. Mas ao longo deste período, temeu-se pela dissolução da coalizão dadas as diferenças de interesses e o posicionamento particular de cada um dos membros, tanto no plano multilateral, quanto no plano regional. Como, por exemplo, o fato do Brasil não participar do Movimento dos Países Não Alinhados, uma coalizão criada na década de 60 e que ainda permanece como base da cooperação Sul-Sul.

Ou então as posições brasileira e indiana¹ sobre a reforma do Conselho de Segurança da ONU que deverão ser negociadas com a África do Sul, para a apresentação de uma proposta comum. Para justificar a reivindicação por um assento permanente, Brasil e Índia apresentam um discurso que enfatiza dois elementos: o fato de serem economias estáveis em pleno desenvolvimento, associado à necessidade de melhoria da representatividade do órgão, embora ainda não haja consenso por parte dos seus parceiros regionais.

No caso da África do Sul, o continente africano ainda permanece como o centro da política externa. Isto significa que, em termos da cooperação Sul-Sul, os parceiros do IBAS se situariam em esfera paralela à agenda principal de política externa. O País mantém seu poder regional, mas não tem aspirações de “grande poder protagônico” como Brasil e Índia. Não há movimentação por parte da África do Sul em direção aos demais países latino-americanos ou asiáticos. Porém, o país aprecia sua postura de “ponte” entre Brasil e a Índia e de ser o “grande portal de entrada” para o restante da África. Outra postura sul-africana diferenciada é a sobreposição das suas agendas IBAS e BRICS, levando a suposições de que o país fez suas maiores apostas neste último.

Mesmo assim, o IBAS mantém posições coordenadas em várias arenas. Os três países assumiram posições comuns em instituições como FMI – pela reforma do sistema de quotas e

¹ Brasil e Índia fazem parte do G-4, juntamente com a Alemanha e Japão, em defesa da reforma do CS-ONU.

de voto que proporcione maior poder decisório aos países em desenvolvimento – e no G-20 Financeiro, trabalhando para que esse fórum exiba mais transparência e avance na regulamentação. Como no caso do G-20 Comercial, passaram a participar de coalizões de oposição às preferências dos EUA e da UE. Também dispenderam recursos políticos e econômicos em assuntos ligados às votações no FMI, na busca por estabilidade econômica internacional e pela perspectiva de longo prazo de redistribuição do poder.

No campo da segurança (a Índia é o único dos três, armado nuclearmente) as diferenças já foram maiores. Essa aproximação evoluiu a partir do momento em que as grandes potências passaram a considerar as posições desses países, individualmente e como grupo. Entre 2003 e 2008, aumentou o alinhamento dos três nas votações da Assembleia Geral da ONU, passando de uma discordância de 31% para 23%, embora os seus votos nos comitês de desarmamento e segurança internacional tenham permanecido discordantes.

Com um histórico de diferenças e convergências, o IBAS se mantém como uma iniciativa importante no campo das Relações Internacionais e tem atendido aos interesses dos três países. Além disso, compartilha com o BRICS espaço nas agendas de política externa em período mais recente.

Os pesquisadores chamam atenção para o fato de que BRICS e IBAS são grupos que apresentam identidades sensivelmente diferentes. Enquanto o primeiro representa uma coalizão de poder, na tentativa dos cinco países em obter ganhos de escala aproveitando o reordenamento das finanças e da economia internacionais, a força do IBAS estaria na coalizão baseada em valores normativos, éticos e morais, na promoção de questões caracterizadas como sendo tipicamente Sul-Sul como o crescimento econômico e social, o comércio internacional, a adoção de modelo democrático de desenvolvimento, os direitos humanos, o meio ambiente etc.

Uma das características importantes do IBAS é sua natureza de contestação ao sistema internacional hierárquico que promove a desigualdade. A parceria neste caso envolve aspectos, que podem ser resumidos no empenho na reforma do sistema de governança global, na influência do grupo nas relações Sul-Sul e entre os demais países em desenvolvimento, e no aumento da cooperação mútua – como as ações da EMBRAPA e do BNDES na África do Sul. Inclui-se aqui a proposição de alternativas institucionais ao financiamento centralizado econômico e social através de instrumentos como o IBSA Corporate Fund e IBSA Trust Fund.

Podemos afirmar que, apesar das diferenças de identidade, os dois grupos adotaram modelos criativos, flexíveis, descentralizados, e pouco institucionalizados nos seus processos decisórios, ao contrário de modelos anteriores mais rígidos que marcam processos de integração regional. Provavelmente esta é uma das respostas que explica a manutenção da coalizão IBAS e permitem apostar na sua continuidade.

Fontes:

Palestras proferidas em 17 de maio, no Seminário IBAS, CAENI-DCP-USP:

Surupa Gupta. India's role in global economic governance: it is not easy being a rising Asian power.

Karen Smith. Challenges to the IBSA agenda: a South African Perspective.

Marco Vieira. IBSA at 10: South-South development assistance and the challenge to build international legitimacy in a changing global order.

Carlos Sarmiento Jr. é mestre em Relações Internacionais pelo IRI-USP e secretário executivo do CAENI.

ENTREVISTA

SURUPA GUPTA

Surupa Gupta possui PhD pela University of Southern California at Los Angeles e mestrado pela Jadavpur University. Atualmente é professora do Departamento de International Studies da **Mary Washington University**.

A entrevista foi concedida durante o Seminário Internacional “IBAS: experiências e perspectivas da cooperação Sul-Sul”, realizado no dia 17 de maio, na USP. Surupa Gupta é colaboradora do NAP-CAENI, já tendo contribuído em projetos anteriores, no seminário realizado em 2005 na USP, no painel que foi organizado no congresso da ISA em 2012, e no livro que foi lançado em 2007 (Oliveira, Amâncio e Onuki, Janina (orgs). **Coalizões Sul-Sul e negociações multilaterais. O papel dos países intermediários e o caso IBSA**. São Paulo: M. Alternativa, 2007, 224p).

Gupta esteve no Brasil para participar do seminário e ampliar a sua pesquisa, com entrevistas em São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro para seu projeto sobre processo decisório em política externa, na Índia e Brasil.

Caeni: Our first question is about your research agenda in recent times. In 2005, we had our first IBSA Forum here at USP, where you presented a research in Indian commercial policy. We would like to know how your research agenda has evolved, since then, as related to the IBSA.

Surupa Gupta: As related to the IBSA, I actually continue to focus on trade policy making and I am following India’s progress at the WTO, which was my original focus, but I have branched out into foreign economic policy in general as well. I am not only looking at trade, but I am also looking at finance, and whether India is trying to use groupings such as the IBSA to further its agenda, and at financial issues, such as the votes’ redistribution in the IMF. I know Brazil and India are on the same page and they both wanted the vote revision and the quota revision, which happened, but I do not think this has been approved yet. They are both going to gain votes once the IMF approves it. Besides looking at finance, as a way of expanding into foreign economic policy, I have also struggled looking at related issues such as what India is doing in finance as related to the G20 and the reasons why India is part of the BRICS, for example. These are some ways towards which my IBSA and foreign policy research has moved.

Caeni: Do you believe that the IBSA is doing better in financial matters than in trade?

Surupa Gupta: Financial issues are much more “under the radar,” and so they are able to act without much domestic constituency attention because nobody other than the policy makers really cares about IMF votes. In terms of cooperation, I have heard in DC, at the IMF, that India and Brazil do cooperate on that. In the case of the Doha Round, it was difficult to continue with the cooperation because they have such diverse interests. But in finance, there are a couple of areas where I can see a congruence of interests. One of them, of course, is the vote and quota issue, but also what is happening today in the West with quantitative easing is a huge concern for both India and Brazil. I think, then, that there is the possibility for some cooperative action there.

Caeni: But in light of this cooperation between India and Brazil, would you say that there is some priority given to the IBSA within Indian's foreign policy or are there some other aspects that are given more prominence?

Surupa Gupta: The IBSA is considered important to India because of how it was originally conceptualized. It had a lot to do with all three countries' aspirations in the United Nations Security Council. To that extent, it is very important from India's perspective, but that is an issue that has not gone very far. This is a bit of a problem.

Caeni: So the IBSA is not necessarily high priority per se...

Surupa Gupta: If there was a movement on the UN issue, I believe it would rise again as a high priority. The other area which would be high priority is trade. From talking to the Indian Embassy earlier today, I know that trade is very important, and that they are trying to promote trade between Brazil and India. However, there are a couple of reasons why trade is not picking up as fast as it could. One of them is the distance. What I heard was that it is possible to have service sector trade, but the logistics for the transference of goods is a big issue. Also, getting to know Indian goods, brand recognition and those kinds of things are another major issue. But they are very interested and they are working towards it.

Caeni: Now, switching gears a little bit, let's talk about the BRICS. Do you see the fact that South Africa has been incorporated to BRICS as contributing to the dilution of the importance of the IBSA?

Surupa Gupta: I do not think so, because, from what I have heard about the BRICS, it is more India-Brazil-South Africa together, and China and Russia are more on their own. So, I think the IBSA grouping is very logical because these are all democracies and major powers on their regions. There are ways of cooperating. In fact, the difficulty most BRICS countries are having to a certain extent (and I am not sure about Russia) is with China. Recently, when they had the BRICS academic forum, China came, presented a paper, and took the "take it or leave it" approach – and this was not even the actual summit. The fact is that India-Brazil-South Africa were still more on the same page.

Caeni: Are you saying that there is still a possibility for a positive agenda for this trilateral agreement between India-South Africa and Brazil?

Surupa Gupta: It is possible. However, I think there needs to be more economic cooperation for it to become a little bigger than it is now. In the 10 years, I think there was an agenda to double India-Brazil's trade by 2010 and I do not think that goal was met. Trade would be an area which, if there was more focused attention and cooperation, could raise the importance of the IBSA.

Caeni: Do you think that the BRICS took the position of the IBSA in global governance away?

Surupa Gupta: There is a lot of skepticism about the BRICS too, because of China's inclusion. In the last month or so, China sent soldiers to Indian territories or territories disputed between India and China, set up tents, the Indian government had to negotiate, and no one knows exactly what was agreed on to push China back. That is how bad the relations between these two countries become occasionally. So, it is kind of right to be skeptical about

how the BRICS can function as a group. At the same time, the flipside is also true. Without China, what are you going to accomplish? Both of these concerns ought to be weighed equally. I have not looked into it very much, but, within the BRICS, there is possibly a place for Indians, Brazilians and South Africans to be together on issues and internally negotiate with China.

Caeni: Moving forward, what would be considered, in your opinion, a relevant agenda to continue South-South relations, more specifically in regards to India-Brazil-South Africa relations?

Surupa Gupta: I know that the economic factor is very important from an Indian perspective. If there is more trans-border trade and investment, I think that would definitely strengthen relations both with Brazil and South Africa. There are complementarities in both of these places, except that India continues to be very sensitive about agriculture, and agriculture is also such an important issue for Brazil. That is an obstacle to work through. That being said, India is also trying to change its own agricultural sector towards market orientation, to bring in food processing industries, both domestic and international, and to bring in retail food opportunities. The names that get thrown out most often are Wal-Mart and Carrefour, but there could be opportunities there between India and Brazil as well to cooperate, because the Indian food basket is changing very rapidly. There are 200 million Indians who are considered middle class, and this number will grow in the next 10 to 15 years. That entire population is very rapidly changing its food preferences. India's own agricultural sector is very much cereal oriented, or it has been in the past, and India is trying to diversify its production domestically. A lot of people think that, at some point in the near future, India is going to be a food importer – although this is not a politically popular idea in India – and this is likely to happen. The farm sector needs a huge transformation. There is a lot of pressure on the land and farmers' children do not want to go back to farming; although farming is a private enterprise, the marketing is government regulated through marketing boards, which the government feels now should be done away with. That kind of reform takes a long time, because the federal government can only suggest a change in policy, while the actual policy jurisdiction lies with the state governments. Until the state governments make the changes, nothing is going to happen.

Caeni: What about services? Why do Brazil and India do not have better exchange and joint policies? The economy of both is very complementary.

Surupa Gupta: Right. From what I have heard, Brazil wants to keep services as a negotiating chip for agriculture. They do not want to say that they will open up right now. Although technically Brazil is fairly open, they do not want to be in the same group as India, for example, because India's position is much more liberal. It is more of a tactical position rather than being a complete refusal to liberalize. From a multilateral strategic perspective, that is where the obstacle is. Brazil and India have a common position, but Brazil does not want to join the groups that demand. Brazil has a liberal position, but I do not think it wants to put it as part of the offer right now.

Caeni: Thank you very much.

ENTREVISTA

MARCO VIEIRA

Marco Antonio Vieira é bacharel em Ciências Sociais pela PUC-RJ, mestre em Relações Internacionais pela PUC-RJ e PhD em Relações Internacionais pela London School of Economics (LSE). Atualmente é professor no Departamento de Ciência Política e Estudos Internacionais da Universidade de Birmingham.

Nesta entrevista, concedida durante a realização do Seminário Internacional “IBAS: experiências e perspectivas da cooperação Sul-Sul”, Marco Vieira comenta sobre o futuro da coalizão IBAS e seu papel na governança global. O pesquisador explica também quais são as expectativas da nova parceria iniciada com o CAENI, num projeto conjunto financiado pela FAPESP.

Caeni: Quais são as suas expectativas em relação à parceria do Caeni com as Universidades de Birmingham e Nottingham? E qual a relevância dos projetos para a universidade em que trabalha?

Marco Vieira: O projeto é de relevância fundamental, dentro do contexto de que países como Brasil, Índia e China deverão se tornar o foco principal das parcerias acadêmicas, intelectuais e de intercâmbio para graduandos, pós-graduandos e doutorandos, que serão desenvolvidas no futuro. Existe uma tendência dentro da universidade de deslocar o eixo voltado à Europa e aos Estados Unidos para esses outros países, e o Brasil é fundamental nesse novo modelo. O reitor da Universidade de Birmingham está pessoalmente envolvido nesse intercâmbio com o Brasil, tendo até mesmo visitado o país recentemente. O projeto no Brasil será vinculado ao recém criado Instituto de Estudos Avançados, que faz parte da Universidade como um todo, envolvendo não só as ciências humanas como também as ciências exatas, e busca estudar as questões mais importantes da ciência nos dias de hoje. A transição política no cenário global é uma área central nas pesquisas da Universidade e nós estamos vinculados fortemente a isso.

Caeni: Completados os 10 anos da criação do IBAS, qual é o balanço que pode ser feito em relação ao peso específico do acordo trilateral para os países membros e para a governança global? Além disso, houve ganhos concretos ou tratou-se de uma “coalizão de fachada”?

Marco Vieira: Eu discordo fundamentalmente que o IBAS foi uma “coalizão de fachada”. Essa parceria demonstrou avanços muito importantes em algumas áreas da governança global e em outros não foi tão efetiva. Devemos lembrar que o âmbito da criação deu-se no contexto da marginalização desses países dos principais centros de decisão política das Relações Internacionais. A partir do encontro do G8 em 2003 em Evian, o descontentamento e a falta de engajamento com esses países levou à criação do fórum como uma forma de reforma do sistema de governança global.

Com o passar dos anos outras dimensões foram incluídas, proporcionando um contato maior entre esses três países, visando maximizar as áreas de benefício comum, seja através do aumento do comércio trilateral, e a maior relação entre as sociedades civis em setores como educação, saúde e política social. Então, houve uma dimensão intragrupo que foi muito positiva e que avançou muito para os três países. Além disso, a criação de um modelo de

cooperação sul-sul serviria como uma forma de aumentar a influência desses três países perante os países em desenvolvimento.

Portanto, existem três elementos que podem mensurar o sucesso da parceria, o primeiro é a reforma do sistema de governança global, o segundo é o aumento da cooperação entre os três países, e o terceiro é o aumento da influência do grupo no Sul global e entre os países em desenvolvimento. No primeiro elemento obtiveram alguns ganhos. Por exemplo, nas negociações do comércio internacional os três países criaram uma frente muito forte, e se as negociações estão bloqueadas hoje é graças à falta de flexibilidade dos países europeus em negociar questões ligadas à agricultura, que são de suma importância para os membros da parceria. Nos bastidores deve existir algum tipo de articulação para levar essa agenda adiante, ainda mais agora com um brasileiro a frente da OMC.

Enquanto o IBAS demonstrou um poder de influência grande nas questões de comércio multilateral, na questão de segurança internacional o quadro é mais complicado. O Brasil e a África do Sul não possuem tradição de envolvimento em questões de segurança coletiva no âmbito global, a preocupação é mais em termos regionais. Apesar disso, houve tentativas de participação no conflito da Síria, quando em 2011 o IBAS enquanto grupo se reuniu com o governo sírio levantou a possibilidade de resolução do conflito com base no diálogo e uso de valores democráticos, o que não resultou em nada efetivo, pelo contrário, foi considerado um aspecto negativo de seu envolvimento.

Por outro lado, na reforma normativa do sistema, o lançamento da ideia de Responsabilidade ao Proteger pelo Brasil pode ser considerado um avanço em relação à posição arraigada da China e da Rússia, que é de proteção total ao conceito de soberania inviolável e não intervenção, e à ideia de intervenção humanitária para proteção de direitos humanos. O IBAS buscou encontrar uma via média, que ainda está em discussão, mas que criou uma massa crítica em relação a esses conceitos que pode gerar benefícios resultando em reformas.

Por isso, eu não diria que foi uma “fachada”. Os países estão envolvidos diretamente em questões de direitos humanos. Já a questão da reforma do Conselho de Segurança é mais complicada, pois demanda o apoio dos demais nas regiões dos três países do IBAS que ainda não foi garantido, podemos considerar, então, que não foi uma área de muito avanço.

Em relação ao futuro da parceria, depende-se de um modelo de desenvolvimento para países intermédios que concilie valores democráticos, participação popular, transparência e democracia. Ao contrário dos BRICS, que são países que desenvolveram modelos de capitalismo autoritário, o IBAS é um modelo de capitalismo democrático, o que pode elevar o seu papel enquanto liderança como exemplo de países em desenvolvimento que podem ser olhados no contexto do Sul. Existem vários problemas, muito mais nos contextos domésticos do que na parceria em si. Deve-se, portanto, mostrar que os modelos de democracia liberal funcionam efetivamente, resolvendo questões como corrupção, violações de direitos humanos, violência e queda do crescimento econômico, para que a ideia normativa de um modelo democrático de desenvolvimento seja aceita como linha de adoção no sistema internacional, contrapondo-se ao modelo chinês mais centralizador, que é muito atraente, principalmente na África.

Assim, apesar de ser um cenário muito complexo, acredito que o IBAS se consolidou como modelo de cooperação sul-sul positivo, entre países em desenvolvimento que tiveram avanços importantes nas áreas de política social e crescimento econômico em um quadro democrático. Não sou admirador do BRICS, principalmente porque esse fórum não leva em consideração esse elemento de fundamental importância para a posição desses países na governança global do século XXI.

Caeni: Tendo isso em vista, você acha que faz sentido um IBAS Policy Center? Já que o BRICS Policy Center trata também dessa agenda.

Marco Vieira: A mentalidade, tanto da área acadêmica como do policy-making, é olhar para esses países como mercados emergentes, ou seja, o poder desses países está diretamente ligado à medida do seu poder econômico. O problema pelo qual estamos passando hoje é de teor econômico e financeiro, então essa dimensão do BRICS é de extrema importância, a criação de um Banco de Desenvolvimento ou de alguma influência na governança do sistema internacional pode ser um papel interessante para os BRICS, focado no papel econômico e financeiro que eles terão na reorganização do sistema internacional.

A natureza do IBAS é diferente, tratando mais de questões normativas, em busca de um modelo que concilie democracia e desenvolvimento econômico. Um elemento em falta no IBAS é a questão do desenvolvimento sustentável, que pode trazer uma força grande para a parceria nos próximos 10 anos, se for feita a inclusão de um modelo que leve em consideração energia renovável e crescimento econômico sustentável que traga a dimensão ambiental também para a discussão dentro do grupo. Existem já alguns projetos que levam isso em consideração. Porém, dentro dos valores e das metas de desenvolvimento de assistência ao Sul, o assunto ainda não está presente. Esse componente alavancaria a parceria, unindo a questão democrática e do desenvolvimento sustentável, interessante para aplicação em países em desenvolvimento.

Caeni: Qual é a perspectiva em relação à possibilidade de diluição do IBAS ocasionada pela entrada da África do Sul nos BRICS?

Marco Vieira: Eu discordo dessa relação entre o BRICS e o IBAS, pois são grupos com identidades completamente diferentes. O IBAS é uma parceria de investimento de questões morais, éticas e normativas, que buscam promover certos valores no cenário internacional, como a democracia, o desenvolvimento econômico, a política social, a contestação de um sistema internacional que é desigual, hierárquico e que necessita de reformas. Essa é a força do IBAS, compartilhada por todos esses países.

Já o BRICS, é uma coalizão de poder, uma tentativa de países tornando-se potências econômicas de conseguirem ganhos comuns dentro da reorganização do cenário econômico e financeiro internacional. A entrada da África do Sul foi pensada em termos da sua influência na África como um todo, vista como a principal economia e como um *gateway* para o sistema africano, que é a região que os países dos BRICS têm maior interesse em investimento econômico e estratégico.

Caeni: Comparando os dois modelos institucionais e intergovernamentais, IBAS e BRICS, esse é o melhor arranjo para eles?

Marco Vieira: Tanto o IBAS como o BRICS possui um nível de flexibilidade no processo decisório interessante. Pensando que outros modelos de integração regional e política, seguiram os moldes da União Europeia, de *deeper and deeper integration*, que se mostra agora com problemas fundamentais em termos de reforma das políticas comuns do bloco. Em modelos flexíveis, descentralizados e com pouca institucionalização, como é o caso do IBAS e do BRICS, as decisões são feitas com mais facilidade, o que faz sentido, já que se trata de uma coalizão e um grupo de coordenação política entre países com interesses comuns.

Tratando dos IBAS e dos BRICS enquanto instituições, eles possuem diferenças muito importantes. O BRICS foi uma imposição, uma criação de um investimento, que foi adotada

pelos países membros para obter ganhos em termos de coordenação política. Enquanto o IBAS foi pensado internamente, como a união de países com identidades semelhantes, países em desenvolvimento, que foram colônias, que possuem diferenças fundamentais com os países desenvolvidos, participantes de organizações do Sul do passado, como o G77. Essa massa crítica já formada, pode ser utilizada para a elaboração de uma posição coordenada em termos de interesse comum e prover liderança para outros países em desenvolvimento.

Como fórum de coordenação política, o IBAS é mais bem consolidado em termos de valores, objetivos e princípios do que os BRICS, que é mais uma coalizão de interesses que se formalizou em função da promoção que foi dada ao conceito, porém a coerência de valores normativos ainda é complicada. A identidade do IBAS de promover valores comuns e democráticos, poderá se confrontar mais diretamente com a posição da China e da Rússia dentro do BRICS, que são países com uma identidade completamente diferente.

Caeni: Comentam-se muito as alterações que podem surgir com a emergência desses novos poderes na governança global. Em sua opinião, isso deixou de ser uma ideia e passou a ser uma realidade?

Marco Vieira: Acredito que se tornou uma realidade a partir do momento que tivemos que levar em conta a opinião desses países, tanto individualmente, mas, principalmente, como grupo. Um fator interessante ocorreu em 2011 quando os três países do IBAS foram membros não-permanentes do Conselho de Segurança da ONU, e todas as suas posições foram coordenadas no âmbito da parceria IBAS, com exceção da intervenção na Líbia, em que a África do Sul apoiou a resolução que previa a intervenção em Bengazi e uma zona de exclusão aérea, mas voltou atrás quando viu que a resolução foi de certa forma deturpada e passou a ser uma questão de mudança de regimes, realinhando-se com os parceiros do IBAS. O IBAS mostrou que tem um poder de coordenação política muito importante enquanto foram membros do Conselho de Segurança, que foi uma realidade.

A coordenação política na tentativa de resolução do conflito sírio apesar de não ter sido efetiva, mostrou a capacidade de voz única e de representação dentro da Síria enquanto grupo. Isso mostra que esses países tem um papel relevante nas questões de segurança internacional, apesar de os poderes dominantes, e principalmente os Estados Unidos, ainda detêm um papel superior.

Nas questões de comércio internacional, as negociações e as posições comuns já mostram o IBAS como realidade, sendo que os investimentos desses países no grupo não serão reduzidos, pois eles dão muito valor ao prestígio internacional que advêm dos valores que estão subscritos dentro do contexto dessa parceria.

OBSERVATÓRIO SUL-SUL

Acordos comerciais extra-regionais do Brasil

Camila Schipper

A recente eleição do embaixador brasileiro Roberto Azevêdo para o cargo de secretário-geral da OMC e também o impacto da crise econômica internacional na economia nacional influenciou não só sobre a condução da política econômica brasileira, mas também sobre a política externa. Com a eleição de Azevêdo, a posição brasileira de estímulo às negociações em âmbito multilateral foi reforçada. Por outro lado, o desaquecimento da economia brasileira com uma taxa de crescimento de apenas 0,9% em 2012 suscitou discussões acerca da política comercial do país caracterizada pelos poucos acordos bilaterais celebrados nos últimos 20 anos², além dos tratados de preferências tarifárias limitadas com Índia e SACU. Este comportamento parece ir contra a tendência mundial, de aumento de acordos bilaterais e acordos preferenciais de comércio, como é o caso das recentes negociações entre os EUA e UE de um acordo de livre comércio.

Diante desse cenário, serão analisados os diversos acordos comerciais celebrados pelo Brasil extra-regionalmente nos últimos 20 anos, tendo em conta a posição do País como economia emergente. Além dos acordos no interior do Mercosul, o Brasil tem 9 acordos comerciais vigentes, sendo 5 acordos de livre-comércio (Bolívia, Chile, Equador, Colômbia e Israel); 4 acordos de preferências tarifárias fixas (Cuba, Guiana, México e Índia) e 2 acordos que incluem serviços com Mercosul e Chile. Ainda há 2 acordos que precisam ser analisados no Congresso: SACU e Egito; além de 5 acordos “em negociação” com a União Europeia, Conselho de Cooperação do Golfo, Jordânia, Turquia e Marrocos.

O acordo de livre-comércio celebrado com o Egito, em 2 de agosto de 2010, insere-se no contexto de ampliação de contato com países no Oriente Médio e no mundo árabe, com a existência de negociações comerciais com a Jordânia, Marrocos e os países do Conselho de Cooperação do Golfo (Arábia Saudita, Bareine, Catar, Emirados Árabes Unidos, Kuaite, Omã). O Acordo estabelece que 22 dos 25 principais produtos exportados pelo Brasil para o Egito terão tarifa de zero no final do período de desgravação, como frango, café solúvel, papel e automóveis. As exportações do Brasil para o Egito em 2010 somaram US\$ 1,97 bilhão, enquanto as importações foram de cerca de US\$ 169 milhões, com destaque para a importação de adubos ou fertilizantes (64,1% do total) e algodão (8,5%). Em maio de 2013, o Presidente Morsi visitou o Brasil e assinou sete acordos de cooperação técnica nas áreas agrícola, econômica, social e cultural, sendo que o principal motivo da visita foi a análise da experiência brasileira na implementação de programas de transferência de renda, agricultura familiar e estímulo da produção através da compra de alimentos pelo governo.

Também buscando aprofundar relações com países do Oriente Médio, o Brasil, no âmbito do Mercosul, firmou um Acordo de livre-comércio com a Palestina em 20 de dezembro de 2011, dando prioridade a bens exportados pela Palestina (óleo de oliva, produtos alimentícios, pedras e mármore). Em nota, o Mercosul afirma que “o Acordo é expressão do apoio dos Estados Partes do Mercosul ao estabelecimento de um Estado palestino independente e democrático, geograficamente coeso e economicamente viável, que possa viver de forma pacífica e harmoniosa com seus vizinhos.” (nota nº497)

Já o Acordo de livre-comércio celebrado com Israel foi o primeiro Acordo celebrado extra-regionalmente pelo Mercosul e em vigor em todos os Estados Parte. No Brasil, passou a

² Apenas 3 acordos de livre-comércio foram assinados no âmbito do Mercosul: Israel, Palestina e Egito.

vigorar em 3 de abril de 2010, sendo a Argentina o último país a ratificar em 28 de abril de 2010. O comércio entre Brasil e Israel corresponde à maior parte do fluxo comercial³.

O Acordo de Comércio Preferencial, uma etapa intermediária ao acordo de livre-comércio, celebrado com a Índia em 19 de março de 2005, propõe cooperação no sentido de “(...) que a integração regional e o comércio entre países em desenvolvimento, inclusive por meio do estabelecimento de áreas de livre comércio, são compatíveis com o sistema multilateral de comércio, e contribuem para a expansão do comércio mundial, para a integração de suas economias na economia global, e para o desenvolvimento social e econômico de seus povos; (...)”. Seu texto principal fora firmado durante a visita do Presidente Lula à Índia em 2004, abrangendo aproximadamente 450 produtos de cada lado, totalizando cerca de 900 linhas tarifárias⁴.

Com relação ao ACP celebrado com a SACU (União Aduaneira da África Austral), sua origem remonta às negociações entre Mercosul e África do Sul em 2000 e que, com a reestruturação do bloco africano, ampliou as negociações aos demais países do bloco em 2003. O comércio entre Brasil e os países da SACU foi de US\$ 2,108 bilhões em 2010, com saldo de US\$ 560,4 milhões a favor do Brasil. O Acordo só entrará em vigor após a ratificação pelas 9 Partes Signatárias do Acordo, já tendo sido ratificada pelo Brasil em 20 de dezembro de 2010 pelo Decreto Legislativo nº 807.

Em nota à imprensa, o Itamaraty reforçou que “juntamente com o ACP Mercosul-Índia, o ACP Mercosul-SACU dá seguimento a processo gradual de criação de bases para a futura negociação de entendimento comercial trilateral Mercosul-Índia-SACU”, de modo que reflete uma parceria estratégica entre economias emergentes.

A Índia, por exemplo, assinou 7 acordos preferenciais e iniciou negociações bilaterais com EU (28 de junho de 2007), SACU (5 de outubro de 2007), EFTA (6 de outubro de 2008), Conselho de Cooperação do Golfo (2006) e com a Nova Zelândia. A assinatura de acordos regionais de comércio é um elemento da política de comércio da Índia de acesso a mercados para as exportações indianas, sendo signatário do Acordo de Comércio Asia- Pacífico, do Acordo de livre-comércio do Sul Asiático, além de acordos com a ASEAN e o Mercosul.

No caso da China, verifica-se forte comércio com os países da ASEAN, cerca de 60% de suas exportações são direcionadas aos países-membros. O país também tem acordos bilaterais com outros países asiáticos, além de acordos de livre-comércio com Chile, Paquistão, Nova Zelândia, Peru, Austrália, países da região do Golfo, entre outros. Além disso, assinou 113 acordos bilaterais de proteção de investimentos e 94 acordos para evitar dupla taxação.

A África do Sul é importante membro da SACU, no qual é enfatizada a busca por desenvolver valores comuns e padrões de boa governança na África. O país também mantém vários acordos bilaterais de comércio, como o Acordo de Comércio, Desenvolvimento e Cooperação

³ Em 2006 o intercâmbio bilateral Brasil-Israel chegou a US\$ 745 milhões, com exportações brasileiras de US\$ 271 milhões (52% das exportações do Mercosul) e importações de US\$ 473 milhões (84% das importações do Mercosul), sendo que os principais produtos exportados pelo Brasil foram carne bovina congelada (25% do total), tubos de cobre (7,95%), MTBE, um aditivo de gasolina, (5,6%), suco de laranja congelado (4,6%) e grãos de soja (4,2%).

⁴ Os 450 itens incluídos pela Índia distribuem-se entre o setor químico (120 itens), máquinas, caldeiras e aparelhos mecânicos (90 itens), têxteis (40 itens) e peles e couros (35 itens). Inclui também a valoração aduaneira, antidumping e medidas compensatórias, barreiras técnicas ao comércio e medidas sanitárias e fitossanitárias. O Acordo entrou em vigor em 1º de junho de 2009 e em 2010, as exportações brasileiras para o país foram de US\$ 3,42 bilhões e as importações de US\$ 4,24 bilhões.

com as Comunidades Europeias (1999) e diversos acordos no comércio de bens primários com outros países africanos.

Os próprios BRICS não seguem uma política comercial homogênea, já que a Índia busca a diversificação de seus parceiros comerciais, enquanto China concentra relações comerciais mais densas com seus principais mercados. Por outro lado, tanto Rússia quanto África do Sul conferem prioridade a acordos regionais, o primeiro firmando sua liderança entre os países da ex-URSS e o segundo com o fortalecimento da SACU.

Nesse contexto, o Brasil, desde 1991, com a criação do Mercosul, estabelece negociações no âmbito comercial apenas em conjunto aos demais países membros do bloco e se caracteriza por poucos acordos bilaterais celebrados e sem priorizar seus principais parceiros comerciais. Ao longo da década de 90, o governo buscou consolidar a formação do mercado comum, bem como expandir a liberalização comercial a outros países latino-americanos, como Chile e Bolívia. Durante o governo Lula, a política externa brasileira foi caracterizada pelo reforço das relações sul-sul. Atualmente ocorre uma intensificação do diálogo com países desenvolvidos, como o reatamento das negociações com a União Europeia.

Com isso, o Brasil busca diversificar seus parceiros comerciais sem necessariamente firmar acordos com aqueles que apresentam maior peso no fluxo comercial o país. Por exemplo, as exportações brasileiras para Israel, Palestina e Egito corresponderam a 0,2%, 0,01% e 1% das exportações totais do país em 2011; enquanto o país não apresenta acordos com seus principais parceiros comerciais (Argentina, China, Estados Unidos, Holanda, Japão e Alemanha), os quais corresponderam a 48,9% das exportações e 48,3% das importações brasileiras em 2011. Tal fato vem gerando amplos debates, sobretudo com o setor privado.

Os acordos comerciais celebrados pelo País nos últimos anos, além de escassos, refletem uma lógica de diversificação de seus parceiros comerciais com foco no eixo político, já que não há grande perspectiva de maior integração produtiva e comercial, seja em relação ao tamanho da economia de seus parceiros, seja no aprofundamento dos mesmos acordos que se restringem à comercialização de bens; seja também, em relação às negociações de acordos com seus grandes parceiros comerciais, como UE e EUA.

Fontes:

Santos, Thauan; Brandão, Fernanda Brandão; Bugg, Isabella; Ferreira, Paulo Cesar. A geografia dos acordos preferenciais de comércio dos BRICS. BRICS Policy Center, fevereiro 2013.

MRE : <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2009/01/acordo-de-comercio-preferencial-mercosul-india>;

Jornal O Estado de S. Paulo: <http://economia.estadao.com.br/noticias/economia-geral,brasil-fecha-so-3-acordos-de-comercio-em-20-anos,144084,0.htm>;

MDIC: <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=2339&refr=405>;

Agência Reuters: <http://www.reuters.com/article/2013/05/10/us-brazil-trade-idUSBRE9490PB20130510>;

Revista Época: <http://epocanegocios.globo.com/Informacao/Acao/noticia/2013/05/thorstensen-azevedo-precisara-de-habilidade-extra-para-trazer-mesa-paises-que-nao-querem-negociar.html>

Ainda é cedo? Sobre o ativismo BRICS na Organização das Nações Unidas.

Eduardo Tetzlaff

Estudo realizado demonstra que não há evidências de que os membros do BRICS venham se articulando nas votações da Assembleia Geral da ONU. Ao contrário, o estudo mostra empiricamente a falta de coesão do bloco que já é percebida intuitivamente pelas diferenças que caracterizam os estados membros. Crise no horizonte, ou a aparente falta de coordenação revela simplesmente os meandros do processo de construção institucional do bloco?

Estudo publicado por grupo de pesquisadores da Loughborough University (Reino Unido), Katholieke Universiteit Leuven (Bélgica) and Maastricht University (Holanda) demonstra que não há indícios fortes de coordenação dos membros BRIC nas votações da Assembleia Geral da ONU. No entanto, em vista dos avanços políticos conseguidos recentemente, seria razoável pensar que o caminho para a harmonização de posições “intra e extra-muros” seja a pavimentação de um caminho sustentável de institucionalização da coalizão.

Após análise do perfil das votações na Assembleia Geral de 2006 até 2009, constatou-se pouca ou nenhuma coerência nos votos praticados pelos países do então BRIC. No entanto, as conclusões a que chega o estudo, destinado a verificar as consequências de uma possível articulação BRIC na ONU para a União Europeia, são que, ainda que a coordenação no âmbito onusiano parecesse insólita naquele momento, o bloco permaneceria como questão estratégica para a política externa da UE. A falta de coesão apontada pelo estudo já tem sido qualitativamente denunciada por especialistas tendo como justificativa primeira as profundas discrepâncias que caracterizam o bloco. Tais diferenças são compostas por fatores que perfazem um rol de questões históricas, econômicas, sociais e políticas, importantes condicionantes para a definição de sua pauta de interesses e seriam empecilhos naturais para tal coordenação.

As assimetrias existentes entre estados-membros de organizações internacionais não estão presentes exclusivamente nos BRICS, como ressalta Oliver Stunkel, da FGV-São Paulo, ao afirmar que tais assimetrias criam “fricção” em todos os grupos interestatais. As recentes pautas das cúpulas BRICS demonstram, como aponta Stunkel, um contínuo, ainda que lento, processo de institucionalização do bloco. Além de um fundo e um banco de desenvolvimento, a aproximação de suas bolsas de valores, a eliminação de barreiras para investimento e cooperação em segurança marítima, os membros BRICS buscarão um aparato regulatório comum para incentivar o comércio intra-bloco.

Estas ações podem revelar intenções quanto a uma maior coordenação política entre os estados-membros o que em longo prazo pode favorecer a consolidação de um aparato institucional mais robusto que seja capaz de aparar as arestas que impedem uma articulação mais consistente no âmbito da ONU. Para que tal ativismo possa ocorrer, é racional levar em conta a necessidade de uma maturidade político-institucional que os BRICS vêm aparentemente buscando angariar e que, consideradas as experiências de outras OIs, não será nunca garantia de perfeita harmonia.

Fontes:

E-International Relations

<http://www.e-ir.info/2012/03/28/why-brics-matters/>

The BRICS at the UN General Assembly and the Consequences for EU Diplomacy

http://dseu.lboro.ac.uk/Documents/Policy_Papers/DSEU_Policy_Paper06.pdf

CS-ONU Votação Resolução 1973

[http://unbisnet.un.org:8080/ipac20/ipac.jsp?profile=voting&index=.VM&term=sres1973%20\(2011\)](http://unbisnet.un.org:8080/ipac20/ipac.jsp?profile=voting&index=.VM&term=sres1973%20(2011))

Transparência democrática e *accountability* institucional: o debate do apoio à República Centro-Africana

Amanda Domingues

Em março de 2013, treze soldados sul-africanos morreram em um conflito na República Centro-Africana (RCA). O episódio gerou grandes debates internos na África do Sul envolvendo questões de política e externa e interna. As mortes representaram a maior perda militar do país desde o fim do Apartheid.

A RCA é um dos países menos desenvolvidos do mundo, apesar de possuir grandes reservas minerais. Desde sua independência, em 1960, o país enfrenta incursões rebeldes, confrontos e golpes de estado. Em 2007, a África do Sul assinou com a RCA um acordo bilateral que foi renovado em 2012, prevendo o envio de tropas com o objetivo de auxiliar a manutenção do governo eleito. No mesmo ano, cerca de 200 soldados se reuniram a centenas de militares já presentes na RCA.

Na África do Sul, a primeira reação ao anúncio das mortes foi o questionamento de seu envolvimento no conflito: a RCA não é estratégica para o país. Segundo especialistas, a atual agenda de política externa da África do Sul não permite identificar o real interesse nacional do país, o que gera críticas à forma como a administração atual do presidente Jacob Zuma determina questões desta natureza.

O debate também se estendeu aos desdobramentos que o incidente pode ter causado sobre o apoio militar da África do Sul à RCA e a outros países. Decisões futuras podem prejudicar outros esforços de paz que o país mantém em diversas regiões da África. Por possuir um dos mais bem equipados exércitos profissionais do continente, a África do Sul possui um papel importante nas questões de segurança da região.

Críticas a respeito de um possível interesse econômico no conflito foram levantadas. Opositores acreditam que as Forças Armadas sul-africanas (*South African National Defence Forces* - SANDF) estão protegendo os interesses do partido governista – o *African National Congress* (ANC) – e têm interesse na volta do regime do presidente deposto da RCA, François Bozizé. Por outro lado, Zuma acredita que a África do Sul não pode permanecer passiva a conflitos e à luta contra a pobreza de seus vizinhos. Segundo ele, os militares foram enviados à RCA para garantir paz e auxiliar na reconstrução do exército e da infraestrutura do país, de acordo com a política externa oficial que preza pela criação de relações fraternais com países do continente.

O episódio revelou uma série de pontos negativos da política externa e interna da África do Sul. Em primeiro lugar, a falta de transparência democrática, evidenciada não somente pela omissão da estratégia de política externa e pela ineficiência desta em mostrar que pode resolver adversidades domésticas, mas também pela exclusão da sociedade nas discussões acerca do conflito. Em segundo lugar, o episódio suscitou questionamentos a respeito da *accountability* institucional tanto do Executivo quanto da SANDF, o exército sul-africano, acusado de proteger interesses do partido governista.

Fontes:

Reuters: <http://www.reuters.com/article/2013/03/22/us-centralafrica-rebels-idUSBRE92L0H920130322>

SAIIA: <http://www.saiia.org.za/opinion-analysis/south-africa-after-the-central-african-republic-saving-the-african-agenda>

Daily Maverick: http://www.dailymaverick.co.za/opinionista/2013-03-28-car-three-things-we-know-for-sure/#.UYK_OqKpxhD

Mail & Guardian: <http://mg.co.za/article/2013-04-08-zuma-constitution-car-deployment-sandf>

Mail & Guardian: <http://mg.co.za/article/2013-03-25-anc-sa-soldiers-died-for-peace-in-car>

Eleições parlamentares indianas de 2014 e suas influências nos BRICS

Clarice Tambelli

A agenda política definida pelos partidos no poder são importantes para compreensão das atitudes e alinhamentos dos países no âmbito internacional. Assim, as eleições parlamentares indianas de 2014 terão impacto nas decisões deste país ante ao cenário estrangeiro, e mais especificamente, no seu posicionamento frente aos BRICS?

Desde 2004 a Índia é governada pelo Partido do Congresso (United Progressive Alliance-UPA). Uma coalizão de partidos políticos de centro esquerda, formada após as eleições gerais de 2004, que detém a maioria (medida em número de cadeiras) na chamada câmara baixa-Lok Sabha- do Parlamento indiano. Sonia Gandhi e Manmohan Singh, respectivamente presidenta do Congresso e primeiro-ministro, são ambos membros da UPA.

O Partido Bharatiya Janata (BJP) é o principal na linha de oposição. Defende o nacionalismo Hindu (Índia é um país com maioria hindu), uma política externa centrada em torno de princípios nacionalistas e uma plataforma considerada de extrema-direita no espectro político indiano. O BJP governou, também com uma coalizão, de 1998-2004, tornando-se o primeiro governo que não era do Partido do Congresso a completar o mandato. Desde a sua derrota eleitoral nas eleições de 2004, o BJP tem liderado a oposição no parlamento.

Eleições recentes, em importantes Estados indianos, iniciam as disputas entre os dois partidos e suas campanhas para as eleições parlamentares de 2014. Em maio de 2013, no estado de Karnataka, no sul da Índia, o BJP foi praticamente dizimado do governo da região, onde o partido possuía um histórico de vitórias. Segundo Sonia Gandhi, essa vitória da UPA, pode ter significado “o grau em que as pessoas se cansaram da corrupção e desgoverno que prevaleceu durante os cinco anos de mandato do governo BJP em Karnataka”. O primeiro-ministro Manmohan Singh afirmou que o resultado foi uma rejeição da ideologia do BJP e sugeriu que o mesmo se repetiria nas eleições Lok Sabha. Em resposta, o porta-voz do BJP, Ravi Shankar Prasad, alegou que a ingerência no governo nacional, a corrupção, e a medíocre liderança de Singh, evidenciam a necessidade de mudança nas eleições parlamentares de 2014.

A dinâmica interna e os interesses dos partidos políticos nacionais sempre possui algum grau de influência na sua política externa. No caso indiano, a permanência do Partido do Congresso no poder, mostrou expressiva estabilidade e previsibilidade quanto às políticas externas indianas, inclusive relacionadas aos BRICS. Desde a criação do BRICS, este mesmo Partido coordenou e liderou interesses e opiniões indianas na coalizão.

Existem controvérsias, porém, de como será a política externa do BJP caso estes vençam as eleições. Se por um lado, consideram “o capital estrangeiro bem-vindo, mas somente nas áreas de capital intensivo de alta tecnologia e áreas de infraestrutura”, por outro, defendem uma política fortemente nacionalista com a negação de diversas atitudes externas: “sob pressão estrangeira nosso programa de mísseis foi limitado. Na sua timidez, o governo assinou um acordo com a CNN desigual e o país está sendo cada vez mais servido de lixo cultural (...)”. Tudo indica que a vitória do Partido BJP nas eleições de 2014 levará à intensificação de traços nacionalistas na política interna e externa indiana. Cabe acompanhar qual será a posição da Índia em relação aos BRICS após as eleições.

Fontes:

Site Oficial BJP: - <http://www.bjp.org/>

Prime Minister Agenda: <http://pmindia.gov.in/upa.php>

India Express: <http://www.indianexpress.com/news/what-next-congress-will-trumpet-this-victory-till-2014-but-karnataka-needs-good-governance/1113043/>.

India report: <http://indrus.in/blogs/2013/03/30/what-made-indias-prime-minister-happy-23361.html>.

A cooperação espacial Brasil-China

Amanda Domingues

Nos últimos 20 anos, a China tem sido o parceiro que mais colaborou com o Brasil no âmbito da pesquisa espacial. Este campo necessita de grandes investimentos e por isso aposta amplamente em colaborações internacionais que possibilitam o compartilhamento de custos e a transferência de conhecimento.

Na tentativa de reverter o contexto de dependência em relação aos países desenvolvidos no desenvolvimento e transferência de tecnologias sensíveis do setor espacial, o Brasil inaugurou no final dos anos 80 uma parceria com a China com o objetivo de construir dois satélites de sensoriamento remoto. O programa CBERS (*China-Brazil Earth Resources Satellite - Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres*) é uma parceria entre o INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), instituto de pesquisa vinculado ao governo federal e a CAST (Academia Chinesa de Tecnologia Espacial).

O projeto envolveu a união de recursos financeiros e tecnológicos dos dois países que já investiram mais de 300 milhões de dólares no empreendimento. O acordo que regula a parceria desde 1988 possibilitou o lançamento de dois satélites (em 1999 e em 2000) e após sua renovação, em 2002, permitiu o aumento da participação brasileira na gestão do projeto e em investimentos de recursos: de 30% para 50%. O interesse em um projeto desta magnitude era comum aos brasileiros e chineses: ambos são potências agrícolas e ambientais, dispendo de grandes áreas despovoadas e com vastos recursos naturais que necessitam de monitoramento constante.

Nos anos 80, o Brasil vivia um clima de incentivo a pesquisas espaciais, visto o avanço alcançado com a Missão Espacial Completa Brasileira (MECB) e pretendia utilizar os resultados deste avanço em mais aplicações industriais e pesquisa de ponta. A China emergia de duas décadas de isolamento, delineando novas diretrizes de desenvolvimento, com destaque para a área espacial. A China possui experiência na construção de satélites e foguetes lançadores e o Brasil familiaridade com a alta tecnologia do setor espacial e um parque industrial moderno.

O desenvolvimento dos CBERS é um dos projetos mais exitosos de colaboração internacional realizado por países em desenvolvimento e representa um considerável avanço nas relações científicas e tecnológicas sul-sul, não somente por se apresentar como um projeto pioneiro de desenvolvimento de tecnologias espaciais fora dos países desenvolvidos, mas também pelo fato de que os resultados gerados pela pesquisa poderão ser compartilhados com outras nações em desenvolvimento. O projeto de parceria Brasil-China prevê a distribuição de imagens, sem qualquer custo, para instituições públicas e privadas de países latino-americanos e do continente africano.

Com a África do Sul foi assinado um memorando de entendimento em 2010, regulando a recepção direta e a distribuição de dados para a Agência Espacial Nacional Sul-Africana (SANSa). Foram mais de 430 mil imagens distribuídas desde 2004. Atualmente, o projeto encontra-se na fase final de desenvolvimento para lançamento de um terceiro satélite, que está previsto para ir ao espaço ainda este ano.

Fontes:

Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (INPE): <http://www.cbears.inpe.br/>
Notícias INPE: <http://www.inpe.br/noticias/namidia/verclipping.php?id=15577>;
<http://www.inpe.br/noticias/namidia/verclipping.php?id=15952>
Agência Espacial brasileira: <http://www.aeb.gov.br/2012/09/china/>

NOTA

Kenneth N. Waltz

Camila Schipper

Kenneth N. Waltz, proeminente pensador das Relações Internacionais, morreu no dia 12 de maio, aos 88 anos. Waltz foi um dos grandes nomes das Relações Internacionais, um campo de estudo que remonta os anos 50 após as duas Grandes Guerras e início da Guerra Fria para analisar a forma como os Estados interagem. Os conceitos introduzidos por Waltz inauguraram o neo-realismo ou Realismo Estrutural que considerava os Estados como uma extensão do homem no que se refere a seu comportamento, e a estrutura internacional anárquica como fator independente sobre a conduta dos Estados.

Waltz nasceu em 1924 nos EUA. Serviu ao exército durante a 2ª Guerra Mundial e, posteriormente, durante a Guerra da Coreia. Em seguida, passou a lecionar na Universidade de Columbia, onde ficou até 1957 e à qual retornou recentemente, após ter lecionado em diversas universidades americanas.

Seu livro **Teoria da Política Internacional** (1979), referência no campo das Relações Internacionais, fornece fundamentos teóricos para compreender a polarização do sistema internacional. Waltz considerava que o equilíbrio de poder mantido na Guerra Fria tornava o mundo mais estável. Em seu livro **The Spread of Nuclear Weapons: More May be Better** (1997), Waltz argumenta que as armas nucleares podem ser instrumentos para paz, uma vez que tornam as guerras tão custosas em um ambiente internacional em que os Estados buscam seus próprios interesses. No artigo **Why Iran Should Get the Bomb**, publicado na revista *Foreign Affairs* (July/August 2012), Waltz afirma que a obtenção de armas nucleares pelo Irã estabilizaria a região do Oriente Médio, onde há apenas uma potência nuclear, Israel.

Kenneth Waltz deixa um legado que contribuiu não só para o aprofundamento do pensamento teórico das Relações Internacionais, mas também com grandes debates sobre a política externa dos Estados, reforçando o avanço do estudo das Relações Internacionais.

Fontes:

Foreign Policy: http://walt.foreignpolicy.com/posts/2013/05/13/kenneth_n_waltz_1924_2013

New York Times: http://www.nytimes.com/2013/05/19/us/kenneth-n-waltz-who-helped-shape-international-relations-as-a-discipline-dies-at-88.html?pagewanted=all&_r=0

ACUS: http://www.acus.org/new_atlanticist/kenneth-waltz-legacy

CURSO

Capacitação em Negociações Internacionais

Estão abertas as inscrições para o Curso de Capacitação em Negociações Internacionais Julho/2013. O curso, promovido pelo Centro de Estudos das Negociações Internacionais (Caeni/USP), ocorrerá entre os dias 29 e 30 de Julho.

O objetivo do curso é contribuir para a formação de negociadores e analistas de negociações internacionais, tanto do setor privado como do setor público. Além de tomar contato com os principais conceitos e técnicas de barganha, os alunos participam de simulações e dinâmicas presentes no dia a dia do negociador internacional.

O programa inclui o mapeamento dos principais elementos e abordagens de negociações internacionais, os princípios da barganha intercultural, a dinâmica dos jogos de dois níveis e o modelo de negociação de Harvard (PON).

A participação não é restrita a alunos e funcionários da USP. O curso é aberto a toda a comunidade e não há pré-requisitos para a participação, sobretudo por seu caráter introdutório. É possível se inscrever individualmente ou por equipes de 4 pessoas.

Os participantes recebem material de apoio para acompanhamento das aulas e material complementar, na forma digital, para estudo continuado.

Em cada módulo do curso, os instrutores elegem a equipe com o melhor desempenho, na forma de um torneio de negociações. Todos os participantes da equipe negociadora recebem bolsa integral para o Curso Avançado de Negociações Internacionais, também promovido pelo Caeni.

Será fornecido certificado de participação. O investimento para dois dias de curso (16hs) é de R\$ 300,00. Há descontos para inscrições de grupos, ex-alunos e membros de instituições conveniadas ao Caeni.

Informações adicionais e fichas de inscrição podem ser obtidas pelo *site* www.caeni.com.br ou pelo telefone (11) 30912097. Reservas de vagas e outras informações também podem ser obtidas pelo e-mail: caeni@caeni.com.br.

Análise CAENI. Publicação do Centro de Estudos das Negociações Internacionais (NAP-Caeni), Departamento de Ciência Política da USP.

Coordenação científica: Amâncio Jorge de Oliveira.

Coordenação acadêmica: Janina Onuki.

Assistentes de Pesquisa: Amanda Domingues, Camila Araujo de Schipper, Clarice Nassar Bramucci Tambelli, Eduardo Tetzlaff e Maria Renata Siqueira.

Secretário executivo: Carlos Sarmento.

Secretária: Maria Raimuinda dos Santos.

Site: www.caeni.com.br

Facebook: www.facebook.com/caeni.usp

E-mail: caeni@caeni.com.br

Blog Caeni: <http://caeni.com.br/blog/>